



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, de forma
2 híbrida, reuniu-se o Conselho Universitário — Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa,
3 sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da primeira reunião
4 ordinária de dois mil e vinte e seis. Estiveram presentes os conselheiros **Marcilene Vieira da Nóbrega** e
5 **Damilson Ferreira dos Santos**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Leonete Cristina de Araújo**
6 **Ferreira Medeiros Silva** e **Ananias Agostinho da Silva**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Pedro**
7 **Thiago Valerio de Souza** e **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos
8 Ferros — CMPF; **Rafael Castelo Guedes Martins**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Liz**
9 **Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** e **Adrian José Molina Rugama**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA;
10 **Aline Lidiane Batista** e **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde —
11 CCBS; **José Albenes Bezerra Júnior** e **Angelo Magalhães Silva**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e
12 Humanas — CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos**, do Centro de Engenharias — CE; **Maria Kaliane de Oliveira**
13 **Morais**, **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Talita Barbosa Abreu Diógenes**, representantes técnico-
14 administrativos; e **Maria Marleide da Cunha Matias**, representante da comunidade. **Conselheiros com falta**
15 **justificada**: Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira e Ednardo Pereira da Rocha. **Conselheiros com falta não**
16 **justificada**: Andrea Maria Ferreira Moura, Ricardo Henrique de Lima Leite, Anna Júlia Britto da Silva, Pamula
17 Raisal da Silva Praxedes e Ramona Rodrigues Amaro de Oliveira. Tendo constatado quórum legal, o presidente do
18 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou aberta a reunião. Em seguida, leu e colocou em votação a
19 justificativa de ausência do conselheiro Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira, a qual foi aprovada com dezessete
20 votos favoráveis e uma abstenção; e do conselheiro Ednardo Pereira da Rocha, a qual foi aprovada com
21 dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Posteriormente, realizou a leitura da pauta e a colocou em
22 discussão. Na oportunidade, a conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** sugeriu uma alteração na ordem
23 dos pontos, propondo que o sexto ponto fosse apreciado logo após o segundo ponto, justificando que o processo
24 presente no sexto ponto estava próximo da data de execução e que a reunião poderia se prolongar sem que todos
25 os pontos fossem apreciados. Na sequência, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
26 informou que também havia solicitação de inversão de pauta para antecipar a apreciação do décimo ponto, em
27 razão da presença da secretária de saúde do município de Mossoró, Jacqueline Morgana Dantas Montenegro, e
28 do vereador Thiago Henrique Gomes Duarte Marques. A conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** também se
29 manifestou, solicitando prioridade para os processos de redistribuição, considerando que se tratava de ano
30 eleitoral e que havia prazos a serem cumpridos. Dada a discussão, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
31 **Nogueira de Codes**, pôs a proposta da conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** em votação, para que o
32 ponto seis da pauta passasse a ser o ponto três, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, pôs a proposta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 da conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** em votação, para que o ponto dez passasse a ser o ponto seis, o
34 que foi aprovado por unanimidade. Feitas as alterações, realizou a leitura da nova ordem da pauta e pôs a pauta
35 como um todo em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, ficando da seguinte forma: **PAUTA: Primeiro**
36 **ponto:** Apreciação e deliberação sobre as atas da 5ª Reunião Ordinária, 7ª Reunião Ordinária, 8ª Reunião
37 Ordinária, 12ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Extraordinária de 2025. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação
38 sobre o calendário de reuniões ordinárias do Consuni para o ano de 2026. **Terceiro ponto:** Apreciação e
39 deliberação sobre a solicitação de afastamento do país do Reitor Rodrigo Nogueira de Codes, conforme processo
40 23091.001944/2026-64. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos de redistribuição das
41 servidoras Ane Cristine Fortes da Silva, conforme processo 23091.016607/2025-23 e Jacinara Hody Gurgel Moraes
42 Leite, conforme processo 23091.016870/2025-03. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos de
43 afastamento dos servidores Katharinne de Sousa Marques Magalhães, conforme processo 23091.018930/2025-
44 61; Leonel Ritchie de Souza Moura, conforme processo 23091.000768/2026-97; e Tânia Luna Laura, conforme
45 processo 23091.011119/2024-83. **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre o Termo Aditivo ao termo de
46 Cessão de Uso de Bem Imóvel nº 01/2023, conforme processo 23091.018325/2023-09. **Sétimo ponto:**
47 Apreciação e deliberação sobre designação pelo reitor, *ad referendum* do Consuni, de afastamento do servidor
48 Denilson Menezes de Jesus, conforme processo 23091.016732/2025-43. **Oitavo ponto:** Apreciação e deliberação
49 sobre designação pelo reitor, *ad referendum* do Consuni, de nomeação de servidores para compor a Comissão
50 Própria de Avaliação – CPA. **Nono ponto:** Apreciação e homologação das bancas examinadoras do concurso
51 público para professor efetivo regido pelo edital 003/2025. **Décimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre a
52 nomeação do Auditório do Bloco Administrativo do Centro Multidisciplinar de Caraúbas com o nome do Professor
53 Francisco Tácio de Oliveira Júnior, conforme processo 23091.017119/2025-70. **Décimo primeiro ponto:** Outras
54 ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de
55 pauta e pôs em apreciação. Com a palavra, a conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**
56 apresentou uma observação sobre a redação de um trecho da ata, especificamente na linha 131. Esclareceu que,
57 no registro de sua fala, constava uma referência ao período de afastamento, quando, na realidade, sua
58 intervenção tratava da mudança no despacho do centro acerca do cumprimento do percentual de 30% de
59 docentes, conforme previsto em resolução. Em seguida, o conselheiro **Adrian José Molina Rugama** informou que
60 já havia encaminhado previamente à Secretaria de Órgãos Colegiados – SOC a solicitação de correção da grafia
61 de seu nome, que aparecia invertido no documento. Registrou que a secretaria já havia atendido à solicitação,
62 mas que a versão da ata ainda apresentava o erro. Dada a discussão, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
63 **Nogueira de Codes**, pôs a ata da 5ª Reunião Ordinária de 2025 em votação, a qual foi aprovada com dezesseis
64 votos favoráveis e duas abstenções. Em seguida, prosseguiu com a apreciação da ata da 7ª Reunião Ordinária de
65 2025 e, não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma
66 abstenção. Continuou com a apreciação da ata da 8ª Reunião Ordinária de 2025 e, sem discussão, pôs em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

67 votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Prosseguiu com a apreciação da
68 ata da 12ª Reunião Ordinária de 2025 e, igualmente sem discussão, pôs em votação, a qual foi aprovada com
69 dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Por fim, pôs a ata da 2ª Reunião Extraordinária de 2025 em
70 deliberação e, sem manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma
71 abstenção. **SEGUNDO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do
72 ponto de pauta e pôs em apreciação. Informou que estavam previstas dez reuniões ordinárias ao longo do ano,
73 destacando que não havia previsão de reunião em janeiro, mês que já havia transcorrido, nem em julho. A
74 conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** iniciou uma observação relacionada a uma reunião
75 marcada para o mês de agosto, mas logo esclareceu que sua referência dizia respeito ao calendário do Consepe
76 e retirou sua observação. Em seguida, a conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**
77 questionou a data prevista para a reunião do dia vinte e oito de outubro, lembrando que esse dia corresponde ao
78 Dia do Servidor Público, podendo coincidir com ponto facultativo. Diante disso, o presidente deste Conselho,
79 **Rodrigo Nogueira de Codes**, sugeriu a alteração da reunião para o dia vinte e sete de outubro. Na oportunidade,
80 a conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes** questionou o motivo de a reunião prevista para agosto estar
81 marcada mais próxima do início do mês, diferentemente das demais, que costumam ocorrer do meio para o final.
82 O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, explicou que a escolha ocorreu porque não há
83 reunião ordinária em julho e, para evitar acúmulo de pautas, optou-se por realizar a reunião logo na primeira
84 semana de aulas de agosto. Sem mais discussões, pôs o ponto em votação, a qual foi aprovada com dezessete
85 votos favoráveis e uma abstenção. **TERCEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
86 **Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em apreciação. Apresentou o processo e explicou que tratava-se de uma
87 missão institucional no Reino Unido, organizada pelo Conselho Britânico em parceria com a Associação Nacional
88 dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. Destacou que a atividade tem como
89 objetivo fortalecer a inserção institucional em redes globais de excelência acadêmica e científica, bem como
90 prospectar oportunidades no âmbito do programa CAPES Global e de redes internacionais de pesquisa. Ressaltou
91 ainda que a instituição havia submetido propostas a três redes de integração nesse programa, obtendo aprovação
92 em duas delas, o que reforça a importância da missão para o processo de internacionalização da universidade,
93 além de possibilitar a ampliação de parcerias institucionais e oportunidades de fomento para estudantes e
94 pesquisadores. Concluiu afirmando que a missão está alinhada ao planejamento estratégico institucional e
95 contribuirá para o avanço da universidade no cenário internacional. Não havendo manifestações, pôs o ponto em
96 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **QUARTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
97 **Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em deliberação. Iniciou apresentando o processo da docente Ane
98 Cristine Fortes da Silva, caracterizado como uma permuta, no qual a servidora passará a atuar na Universidade
99 Federal de Campina Grande — UFCG, enquanto a docente Luciana Mendonça, que atualmente encontra-se
100 cedida e atuando na Pró-Reitoria de Graduação — Prograd da Ufersa, será redistribuída da UFCG para a Ufersa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

101 Informou que o processo havia sido aprovado no dia anterior pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e
102 Extensão — Consepe e que a resolução correspondente seria anexada à documentação. Pôs em votação, a qual
103 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou o processo de redistribuição da docente Jacinara Hody
104 Gurgel Moraes Leite, que se diferencia do anterior por ocorrer mediante código de vaga. Esclareceu que o
105 processo também havia sido apreciado e aprovado pelo Consepe no dia anterior. Sem manifestações, pôs em
106 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo**
107 **Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em discussão. Iniciou com a análise do processo da
108 servidora Katharinne de Sousa Marques Magalhães. Na oportunidade, o conselheiro **Wesley de Oliveira Santos**
109 apontou uma divergência de um dia nas datas indicadas para início e término do afastamento, registrado como de
110 nove de março de dois mil e vinte e seis a nove de março de dois mil e trinta, sugerindo o ajuste da data final para
111 oito de março de dois mil e trinta. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, acatou a sugestão
112 e pôs o processo em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou ao processo de
113 afastamento do servidor Leonel Ritchie de Souza Moura. A conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira**
114 **Medeiros Silva** observou a ausência da assinatura do orientador em documento constante na página dez do
115 processo. O conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** também indicou a necessidade de uma correção semelhante
116 à do processo anterior, apontando a diferença de um dia na data final prevista. Na sequência, o conselheiro
117 **Adrian José Molina Rugama** destacou que o parecer da chefia imediata estava fundamentado na Resolução nº
118 5/2024 do Conselho de Administração — Consad, já revogada pela Resolução nº 7/2025, sendo necessária a
119 atualização das referências normativas e dos respectivos artigos citados. Diante disso, o presidente deste
120 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o processo em votação, a qual foi aprovada por unanimidade.
121 Prosseguiu com a análise do processo da docente Tânia Luna Laura e pôs em apreciação. O conselheiro **Pedro**
122 **Thiago Valério de Souza** observou que, em algumas cartas de anuência anexadas ao processo, constavam
123 apenas as manifestações de anuência, sem as assinaturas dos docentes. O conselheiro **Wesley de Oliveira**
124 **Santos** também solicitou esclarecimentos quanto às diferentes datas registradas no processo e mencionou
125 despacho do setor de capacitação que indicava como data correta o início em dezoito de março de dois mil e vinte
126 e seis. Na oportunidade, o conselheiro **Damilson Ferreira dos Santos** explicou que houve interrupção do
127 afastamento em razão de um problema de saúde da docente, conforme registrado no processo, sendo necessário
128 suspender o afastamento durante o período de tratamento e posteriormente retomar o processo para conclusão
129 do pós-doutorado, de modo a evitar prejuízos legais. A conselheira **Marcilene Vieira da Nóbrega** acrescentou que
130 tanto o departamento quanto o centro analisaram a situação e providenciaram a prorrogação do contrato do
131 professor substituto, ressaltando que toda a documentação pertinente estava anexada ao processo. O conselheiro
132 **Adrian José Molina Rugama** apontou ainda um possível equívoco na página de protocolo, onde constavam
133 nomes de interessados diferentes dos da docente, o que foi reconhecido como um erro material a ser corrigido.
134 Dada a discussão, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, a qual foi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

135 aprovada por unanimidade. **SEXTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou
136 a leitura da pauta e iniciou com uma breve contextualização, informando que em cinco de dezembro de dois mil e
137 vinte e cinco havia ocorrido uma reunião no Gabinete da Reitoria, motivada pela professora Luciana Vieira de
138 Paiva, diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, juntamente com o Centro Acadêmico de
139 Medicina, contando também com a presença da secretária municipal Jacqueline Morgana Dantas Montenegro . Na
140 ocasião, reiterou a necessidade de readequação jurídica do referido termo de cessão de uso, solicitando a
141 preservação das pactuações institucionais originalmente firmadas, compromisso que teria sido assumido pela
142 secretária durante o encontro. Informou ainda que, em nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, o Gabinete
143 de Reitoria encaminhou ofício à Prefeitura de Mossoró relatando necessidade de formalização de minuta de termo
144 aditivo. Em doze de janeiro de dois mil e vinte e seis, a prefeitura respondeu formalmente com o envio da minuta,
145 que foi posteriormente encaminhada à Procuradoria Federal. Em quinze de janeiro de dois mil e vinte e seis, o
146 procurador federal Dr. Raimundo Márcio Ribeiro Lima emitiu um parecer jurídico indicando a legalidade do aditivo
147 e apontando a necessidade de deliberação pelo Consuni, destacando que a Prefeitura de Mossoró confirmou, por
148 meio do Ofício nº 4/2026-GPPM, a manutenção das demais disposições constantes no termo de cessão de uso do
149 imóvel. Informou também que estavam presentes para contribuir com o debate a secretária Jacqueline Morgana
150 Dantas Montenegro, o vereador Thiago Henrique Gomes Duarte Marques e o secretário Almir mariano de Sousa
151 Júnior. Em seguida, pôs em discussão. A conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** solicitou esclarecimentos
152 sobre o histórico do processo e sobre as justificativas apresentadas inicialmente ao CCDS para a mudança,
153 pedindo uma explicação cronológica até o último ofício e a atual minuta do termo de cessão. A conselheira **Maria**
154 **Kaliane de Oliveira Moraes** levantou uma dúvida jurídica acerca do termo aditivo, ressaltando que o processo
155 original indicava explicitamente a construção de uma policlínica, com possibilidade de utilização do espaço como
156 extensão da universidade para atividades acadêmicas e de estágio. Questionou se seria juridicamente possível
157 acrescentar ao termo de cessão a utilização de um hospital municipal já inaugurado, antes mesmo de todo o
158 processo ter sido apreciado pelo Conselho, e apontou ausência de informações mais detalhadas sobre esse
159 aspecto tanto no parecer da assessoria jurídica do gabinete quanto no parecer mais recente da Procuradoria
160 Federal. Em seguida, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação a participação
161 com fala dos convidados, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Na
162 oportunidade, o convidado **Almir mariano de Sousa Júnior** relatou acompanhar o processo desde o início das
163 discussões com o departamento, com o curso de medicina e com os estudantes. Destacou que o objetivo inicial foi
164 viabilizar um equipamento de atenção especializada que contribuísse com a universidade, especialmente no que
165 se refere à ampliação de campos de estágio e práticas profissionais. Explicou que o município já disponibiliza
166 equipamentos de atenção primária e secundária para atividades acadêmicas, mas que estudantes enfrentam
167 dificuldades ao buscar estágios em instituições privadas, que costumam priorizar alunos de outras instituições.
168 Segundo ele, o novo equipamento seria importante para a formação acadêmica, assegurando acesso aos cursos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

169 da área da saúde, embora tenha enfatizado que em nenhum momento se discutiu a transferência da gestão do
170 hospital para a universidade, por se tratar de um hospital municipal. Explicou ainda que a transformação do projeto
171 de policlínica em hospital ocorreu diante da grande necessidade do município de Mossoró por serviços
172 hospitalares e pela possibilidade de adaptação da estrutura existente para realização de cirurgias eletivas,
173 contribuindo para reduzir filas de espera da população. Ressaltou que o hospital funcionaria também com
174 consultas especializadas e exames, mantendo parte das características da policlínica, e que a universidade teria
175 amplo acesso ao espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de oportunidades de parceria em
176 novos projetos acadêmicos. Na sequência, a convidada **Jacqueline Morgana Dantas Montenegro** destacou que
177 a proposta atende ao princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde – SUS, permitindo que o paciente
178 realize consultas especializadas, exames e procedimentos cirúrgicos no mesmo local. Informou que o hospital
179 municipal vinha realizando procedimentos cirúrgicos há cerca de quarenta dias e já havia alcançado
180 aproximadamente cento e vinte cirurgias, ressaltando que o novo modelo também representa economia para a
181 gestão pública ao reduzir custos com contratações externas de serviços hospitalares. Em seguida, o conselheiro
182 **José Albenes Bezerra Júnior** solicitou esclarecimentos sobre eventuais prejuízos para a formação dos discentes
183 e sobre a compatibilidade da estrutura com os requisitos hospitalares, ressaltando que a alteração ocorreu durante
184 o andamento do processo originalmente planejado como policlínica. Em resposta, o convidado **Almir mariano de**
185 **Sousa Júnior** esclareceu que a transformação não ocorreu de forma abrupta, mas após processo de
186 planejamento e adequação às normas técnicas, sanitárias e estruturais exigidas para um hospital. Informou que a
187 unidade seria classificada como hospital de média complexidade, e que o planejamento das atividades de estágio
188 é realizado semestralmente em conjunto com as coordenações dos cursos da área da saúde, garantindo
189 organização e acesso programado dos estudantes às práticas. Destacou ainda que o espaço cedido constitui
190 contrapartida importante do município à universidade no contexto da oferta de campos de estágio. A convidada
191 **Jacqueline Morgana Dantas Montenegro** complementou explicando que o hospital possui todos os
192 equipamentos necessários para manutenção da vida e realização de procedimentos cirúrgicos de média
193 complexidade, com internações geralmente de até 48 horas, e que a estrutura física conta com áreas distintas
194 para atendimento ambulatorial e hospitalar. Na continuidade, o conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**
195 iniciou sua fala transmitindo uma solicitação da diretora do centro quanto à necessidade de manutenção dos
196 acordos relacionados aos campos de estágio para os estudantes da universidade. Destacou a dificuldade de fixar
197 um percentual de vagas ou de utilização do equipamento para a instituição e ressaltou a importância de garantir
198 espaço significativo para os estudantes da universidade, considerando que a cidade de Mossoró já possui três
199 cursos de medicina e há possibilidade de implantação de um quarto, o que intensifica a disputa por campos de
200 estágio. Nesse contexto, destacou que os equipamentos de alta complexidade na cidade são escassos, o que
201 reforça a relevância da nova estrutura tanto para o curso de medicina quanto para outros cursos da área da
202 saúde, como psicologia e os que venham a ser criados futuramente. Continuou reconhecendo o valor do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

203 equipamento para a população e lembrou que participou das discussões iniciais que resultaram na proposta da
204 policlínica, quando exercia a função de diretor do centro, tendo levado a proposta para debate interno e
205 contribuído para sua aprovação no âmbito institucional. Ressaltou que houve amplo planejamento para a
206 implantação da policlínica e que a proposta foi acolhida positivamente pela universidade. Contudo, afirmou ter se
207 sentido desconfortável com a mudança posterior para hospital sem que a universidade tivesse sido previamente
208 informada ou consultada no devido momento. Segundo ele, embora a prefeitura tenha autonomia para alterar o
209 planejamento conforme as necessidades da gestão, a instituição deveria ter sido comunicada com antecedência,
210 considerando que havia participado ativamente da construção da proposta original. Destacou que tomou
211 conhecimento da mudança a partir de um anúncio feito nas redes sociais pelo prefeito e que, diante disso,
212 procurou informar o Gabinete da Reitoria. Concluiu afirmando que, embora reconheça a importância do
213 equipamento e a legitimidade das decisões da gestão municipal, a situação gerou insegurança institucional, razão
214 pela qual considerava importante que o tema estivesse sendo discutido naquele momento no Consuni. Na
215 sequência, a conselheira **Maria Marleide da Cunha Matias** destacou que, do ponto de vista da sociedade, houve
216 a percepção de que o projeto inicialmente apresentado como policlínica foi transformado em hospital municipal
217 sem diálogo prévio com a universidade. Avaliou que a mudança unilateral representou desrespeito à instituição e
218 ao Consuni, considerando que o espaço havia sido cedido e a implantação da policlínica havia sido previamente
219 aprovada pela universidade. Ressaltou que, apesar de reconhecer a importância do hospital para a população, o
220 processo deveria ter retornado ao Conselho para discussão antes da alteração do projeto original. Também
221 levantou questionamentos acerca do funcionamento do hospital, mencionando relatos da população segundo os
222 quais haveria momentos em que a unidade não contaria com médicos disponíveis. Assim, solicitou
223 esclarecimentos sobre a existência de atendimento médico permanente, com profissionais disponíveis vinte e
224 quatro horas por dia durante toda a semana. Questionou ainda se o hospital realiza atendimento a novos
225 pacientes nos fins de semana ou se o funcionamento para procedimentos estaria restrito ao período de segunda a
226 sexta-feira, permanecendo nos fins de semana apenas pacientes em recuperação. Por fim, solicitou
227 esclarecimentos sobre a nova pactuação entre a prefeitura e a universidade, perguntando especificamente quais
228 mudanças ocorreram para a instituição e para os estudantes após a transformação da policlínica em um hospital
229 de média complexidade, se houve ampliação dos campos de estágio e se existe algum percentual definido de
230 participação da universidade nas atividades desenvolvidas no equipamento. Na sequência, a conselheira **Milena**
231 **Paula Cabral de Oliveira** destacou o reconhecimento pela aquisição do equipamento, mas enfatizou que o foco
232 central da reunião era a contrapartida destinada aos estudantes da instituição. Nesse sentido, solicitou
233 esclarecimentos sobre como se dará a pactuação e a oferta de serviços como o atendimento aos residentes da
234 moradia estudantil, considerando a importância dessa garantia para a adesão da comunidade acadêmica ao
235 projeto. Por fim, também expressou inquietação quanto à viabilidade do atendimento e questionou a ausência de
236 comunicação formal à universidade sobre a mudança da proposta, por parte da prefeitura. Em seguida, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

237 conselheira **Maria Kalliane de Oliveira Morais** destacou que, o que está em discussão, não é a importância de um
238 hospital municipal ou de uma policlínica, mas sim a natureza jurídica e operacional das propostas, que são
239 distintas. Ressaltou que a preocupação central reside na forma de pactuação e nas implicações legais da
240 mudança, especialmente no que diz respeito à possibilidade de integração com a universidade. Argumentou que a
241 policlínica poderia, futuramente, evoluir para um hospital universitário, enquanto o modelo de hospital municipal
242 possui limitações inerentes à sua natureza. Também apontou uma estranheza quanto à mudança repentina do
243 projeto, sem comunicação prévia à universidade, e criticou a ausência de documentos que respaldem
244 juridicamente a alteração. Por fim, reforçou que a universidade foi excluída do processo de mudança, que já
245 culminou na inauguração do hospital, o que compromete o diálogo institucional e o cumprimento dos acordos
246 previamente estabelecidos. Destacou que a população necessita de atendimento, mas também de garantias de
247 que os processos estão sendo conduzidos de forma adequada, transparente e legalmente fundamentada,
248 concluindo que os questionamentos apresentados visam assegurar essas condições. Em seguida, o presidente
249 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, passou a palavra aos convidados. Na oportunidade, o convidado
250 **Almir mariano de Sousa Júnior** manifestou-se para propor a inclusão da previsão de prioridade dos campos de
251 estágio para a universidade, ressaltando que tal prática não é adotada em respeito ao caráter público dos
252 equipamentos. Esclareceu que nunca houve falta de campos de estágio para os alunos de medicina, havendo,
253 inclusive, oferta superior à demanda, e que as atividades são organizadas de forma planejada pelo curso. Sugeriu
254 a definição de um fluxo específico para atendimento dos alunos no hospital, considerando que estes também
255 integram a população atendida. Reconheceu a ausência de um diálogo prévio mais amplo com a universidade,
256 justificada pelo prazo para a utilização de recursos, e apresentou um pedido de desculpas, ao mesmo tempo em
257 que se reforçou o histórico de cooperação entre município e universidade, inclusive no apoio à criação e
258 manutenção de programas de residência médica. Em seguida, o convidado **Thiago Henrique Gomes Duarte**
259 **Marques** manifestou satisfação em retornar ao ambiente do Conselho e destacou a relevância institucional da
260 universidade e sua contribuição histórica para o serviço público. Destacou a importância do momento com um
261 marco para o município, com a possibilidade de implantação do hospital municipal em área já destinada, por meio
262 do termo aditivo em discussão. Salientou que o ponto central da discussão era exclusivamente a aprovação desse
263 termo, já respaldado juridicamente, e que mantém as condições previamente estabelecidas, inclusive no que se
264 trata sobre a garantia de direitos dos estudantes, tanto no acesso a atendimento quanto na realização de estágios.
265 Na sequência, a conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** reforçou a relevância do equipamento em
266 discussão, destacando os benefícios para a população e para a comunidade acadêmica. Propôs que o termo
267 aditivo contemplasse de forma mais detalhada os dois pontos considerados centrais: o fluxo de assistência
268 estudantil para os alunos e a organização dos estágios, especialmente diante da ampliação do serviço de
269 policlínica para hospital, o que demandaria maior clareza quanto à participação da universidade. O presidente
270 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, acatou a sugestão da conselheira e propôs que, além da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

271 aprovação do termo aditivo, fosse criada uma comissão para detalhar a operacionalização dos pontos já previstos
272 no documento. Explicou que a comissão teria a função de elaborar um plano de ação e um possível termo de
273 cooperação, definindo de maneira prática as atividades de ensino, pesquisa, extensão e os fluxos de atendimento
274 aos estudantes, tomando como base o que já está estabelecido no item 2.1 do termo. Em seguida, o convidado
275 **Thiago Henrique Gomes Duarte Marques** defendeu que o Conselho aprovasse o termo aditivo e, paralelamente,
276 instituisse o grupo de trabalho para regulamentar sua execução, comparando esse processo à prática legislativa
277 em que leis são posteriormente detalhadas por decretos e normativas complementares. Destacou que o termo já
278 garante a priorização de estágios e parcerias, cabendo à comissão definir como essas diretrizes serão aplicadas
279 na prática. Por fim, sugeriu que a composição da comissão contasse com representantes das pró-reitorias
280 acadêmicas, do centro da área da saúde, dos cursos envolvidos, da representação estudantil, além de membros
281 da reitoria e da Prefeitura Municipal. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em
282 votação, que foi aprovado com dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. **SÉTIMO PONTO**. O presidente
283 deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto de pauta e pôs em deliberação. Não
284 havendo discussão, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **OITAVO PONTO**. O presidente deste
285 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto e pôs em apreciação. Na oportunidade, o conselheiro **José**
286 **Albenes Bezerra Júnior** registrou a inclusão da docente Ana Maria Bezerra Lucas na composição da comissão,
287 destacando e parabenizando pela disponibilidade, bem como a dos demais integrantes, e ressaltou as dificuldades
288 enfrentadas por servidores docentes e técnicos em assumir atividades adicionais diante das múltiplas demandas
289 institucionais. Enfatizou ainda a relevância da Comissão Própria de Avaliação — CPA, especialmente diante das
290 recentes atualizações dos instrumentos de avaliação, que ampliam a importância e a responsabilidade da
291 comissão. Na sequência, o conselheiro **Ananias Agostinho da Silva** questionou acerca da situação atual da
292 CPA, relatando que, apesar da nomeação ocorrida em dezembro e de uma reunião inicial realizada no final
293 daquele mês, não houve definição de presidência, em razão do período de férias dos membros, o que impediu o
294 início dos trabalhos de avaliação no prazo previsto. Informou que, até o final de fevereiro, a comissão não havia
295 retomado suas atividades, permanecendo sem presidência e sem iniciar o processo avaliativo, o que poderia
296 acarretar prejuízos institucionais e, por fim, solicitou esclarecimentos sobre as providências em andamento. Em
297 resposta, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que já há sinalização de uma
298 integrante da comissão, a servidora Erlanda Maria Lopes da Silva, que se dispôs a assumir a presidência, e que
299 estão sendo adotadas medidas a fim de regularizar o funcionamento da CPA com a maior brevidade possível. Em
300 seguida, o conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** solicitou esclarecimento sobre as alterações na composição da
301 comissão, ao que o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, respondeu que ocorreram duas
302 mudanças, envolvendo a inclusão da docente Ana Maria Bezerra Lucas e da servidora técnica Erlanda Maria
303 Lopes da Silva. Em seguida, pôs o ponto em votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma
304 abstenção. **NONO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

305 ponto de pauta e pôs em discussão. Na oportunidade, a conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**
306 registrou a necessidade de correção na composição de uma das bancas, comunicando a substituição da suplente
307 Maria Alice Pires Moreira pelo professor Ubiratan Pereira de Melo, em razão de impedimento posteriormente
308 informado pelo departamento. Em seguida, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** relatou ter sido
309 procurado sobre questionamentos envolvendo a compatibilidade entre a área da disciplina de psicologia aplicada
310 às organizações e a composição da respectiva banca examinadora, solicitando, para esclarecimentos, a
311 participação do professor Judson da Cruz Gurgel. A partir disso, os conselheiros **Wesley de Oliveira Santos** e
312 **Rafael Castelo Guedes Martins** também se manifestaram, destacando preocupação com a ausência de um
313 profissional com formação específica em psicologia na banca, considerando a relevância da área e a existência de
314 curso correspondente na instituição. Na continuidade, a conselheira **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis**
315 reforçou a complexidade do trabalho da comissão responsável pelos concursos, diante das limitações
316 operacionais e da necessidade de articulação entre setores. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
317 **Codes**, ressaltou a dimensão do certame e os esforços institucionais para sua realização. Em seguida, pôs a
318 participação do professor Judson da Cruz Gurgel em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Na
319 oportunidade, o convidado **Judson da Cruz Gurgel** explicou que a disciplina possui caráter interdisciplinar no
320 curso de Administração, sendo comum que conteúdos de psicologia organizacional sejam ministrados por
321 profissionais da área de Administração, conforme previsto no edital, destacando que todos os membros da banca
322 atendem às exigências formais e possuem qualificação compatível. Apesar disso, a conselheira **Liz Carolina da**
323 **Silva Lagos Cortes Assis** e o conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** levantaram preocupações quanto à
324 segurança jurídica do certame, sugerindo que a ausência de um especialista em psicologia poderia ensejar
325 questionamentos futuros, sendo indicado inclusive a possibilidade de consulta jurídica. O conselheiro **Ângelo**
326 **Magalhães Silva** ainda defendeu a inclusão de um profissional da área específica, enfatizando a importância da
327 especialidade para evitar riscos e fortalecer a legitimidade do processo. Em resposta, o convidado **Judson da**
328 **Cruz Gurgel** reiterou que a formação exigida no edital é compatível com a área de Administração e que a
329 disciplina visa a formação de administradores, e não de psicólogos, reafirmando a adequação técnica da banca e
330 informando que qualquer decisão do Conselho seria acatada pela coordenação responsável. Na sequência, a
331 conselheira **Milena Paula Cabral de Oliveira** solicitou um esclarecimento quanto ao perfil exigido para o cargo,
332 destacando que a vaga prevê graduação em Psicologia, com doutorado em Psicologia ou Administração, o que,
333 em sua avaliação, reforça a necessidade de ao menos um membro da banca com formação específica na área,
334 considerando possíveis questionamentos jurídicos. Na mesma linha, o conselheiro **Ângelo Magalhães Silva**
335 concordou com a proposta, defendendo a inclusão de pelo menos um profissional da Psicologia na banca, ainda
336 que não necessariamente como presidente, ressaltando a importância científica e a coerência com a área da
337 disciplina. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, reconheceu a pertinência das colocações
338 feitas pelos conselheiros e informou que a instituição já dispõe de docentes da área de Psicologia, destacando a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

339 necessidade de verificação de eventuais impedimentos legais entre esses profissionais e candidatos. Em seguida,
340 encaminhou as duas deliberações: a primeira, referente à substituição da servidora Maria Alice Pires Moreira por
341 Ubiratan Pereira de Melo na suplência da banca de Clínica Médica e Pequenos Animais; e a segunda, proposta
342 pelos conselheiros **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Ângelo Magalhães Silva**, para inclusão de ao menos um
343 integrante titular com formação em Psicologia na banca da área em discussão. O conselheiro **José Albenes**
344 **Bezerra Júnior** sugeriu que, em decorrência da aprovação, o encaminhamento fosse realizado de forma imediata
345 à comissão responsável, a fim de evitar atrasos no cronograma do concurso, considerando a necessidade de
346 análise de impedimentos e o fator tempo. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs as
347 propostas em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. **DÉCIMO PONTO**. O presidente deste
348 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto de pauta e pôs em apreciação. A conselheira
349 **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** apresentou a justificativa e destacou a relevância do
350 professor, conhecido como Tácio Júnior, sua atuação no Núcleo de Arte e Cultura e o impacto de seu falecimento
351 em decorrência de um acidente. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, encaminhou a
352 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO**. O presidente deste Conselho,
353 **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto referente às outras ocorrências e pôs em deliberação. O conselheiro
354 **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** comunicou seu afastamento em razão de uma licença de capacitação e o
355 encerramento do seu mandato, e agradeceu pela participação no Conselho. A conselheira **Maria Kaliane de**
356 **Oliveira Moraes** informou sobre a deflagração de greve da categoria técnico-administrativa, motivada pelo não
357 cumprimento de acordo firmado com o governo, e registrou insatisfação quanto à condução de questões
358 envolvendo a gestão municipal e a universidade. Na sequência, o conselheiro **Ângelo Magalhães Silva**
359 manifestou apoio às pautas apresentadas e aproveitou para destacar as ações acadêmicas da instituição, como o
360 fortalecimento do mestrado profissional em administração pública e a ampliação de ofertas na área de gestão
361 pública. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** reforçou a importância dessas iniciativas e destacou o
362 retorno ao calendário acadêmico regular. Além disso, levantou preocupação com a rotatividade de trabalhadores
363 terceirizados, apontando impactos humanos e institucionais. O conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza**
364 registrou a realização da primeira defesa de mestrado no campus Pau do Ferros, parabenizando os envolvidos.
365 Por fim, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, informou a abertura do edital do Núcleo de
366 Arte e Cultura com oferta de vagas em oficinas nos campi da instituição. Nada mais havendo a discutir, deu por
367 encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que,
368 após lida e aprovada, na reunião do dia **X de X de 2026**, segue assinada pelo presidente do Consuni, pelos
369 conselheiros presentes nesta reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.